



PESQUISA SINPRO GOIÁS

A situação dos professores durante o período de distanciamento social em decorrência da Pandemia da COVID-19 e as suposições sobre as condições para o retorno às aulas presenciais

Período de coleta de dados: 28 de maio a 8 de junho

Meios sociais divulgados: Site oficial da entidade; redes sociais (facebook, instagram); grupos de WhatsApp; serviço de mala direta (via e-mail e sms);

Plataforma utilizada para coleta: Google Forms, disponível em <https://bit.ly/2UvefQA>

APRESENTAÇÃO

A diretoria do Sindicato dos Professores do Estado de Goiás/Sinpro Goiás realizou, entre 28 de maio e 08 de junho, pesquisa para colher dados sobre a real situação dos professores do setor privado de ensino do Estado de Goiás diante dos desafios a ela impostos pelo estado de emergência de saúde pública.

É de conhecimento de todos os grandes esforços da categoria dos professores, das instituições de ensino, das famílias e dos estudantes para manter o funcionamento e a continuidade do sistema educativo de Goiás, mesmo em um momento atípico e tão complexo, a fim de que não entrasse em colapso.

Os professores, de maneira especial, de uma hora para outra tiveram que se desdobrar para aprender lidar com uma série de recursos tecnológicos, gravar aulas, realizar “lives”, participar de incontáveis reuniões remotas, interagir ao vivo com os alunos por meios de plataformas digitais e demandar um tempo para além de seu contrato de trabalho e com recursos próprios, a fim de manter viva a educação em nosso estado, muitas vezes sem o devido reconhecimento.

Um número considerável de docentes está sofrendo com os atrasos de pagamento e com as reduções de salários, sem a devida redução da carga horária, flagrante descumprimento dos próprios dispositivos da MP 936/2020, além dos casos de suspensão de contrato com exigência de trabalho remoto, o que também configura fraude ao que determina a referida medida provisória.

As perguntas foram planejadas para identificar o perfil do docente, por nível de ensino e região do estado onde trabalha, e sua situação nesse período de isolamento social. As respostas oferecem dados sobre o suporte formativo e tecnológico que as escolas estão ou não ofertando a esses profissionais e sobre o efeito do Regime Especial de Aulas Não Presenciais/REANP, tanto no que concerne aos impactos nos direitos da categoria, quanto nas condições necessárias que ela espera para o retorno das aulas presenciais.

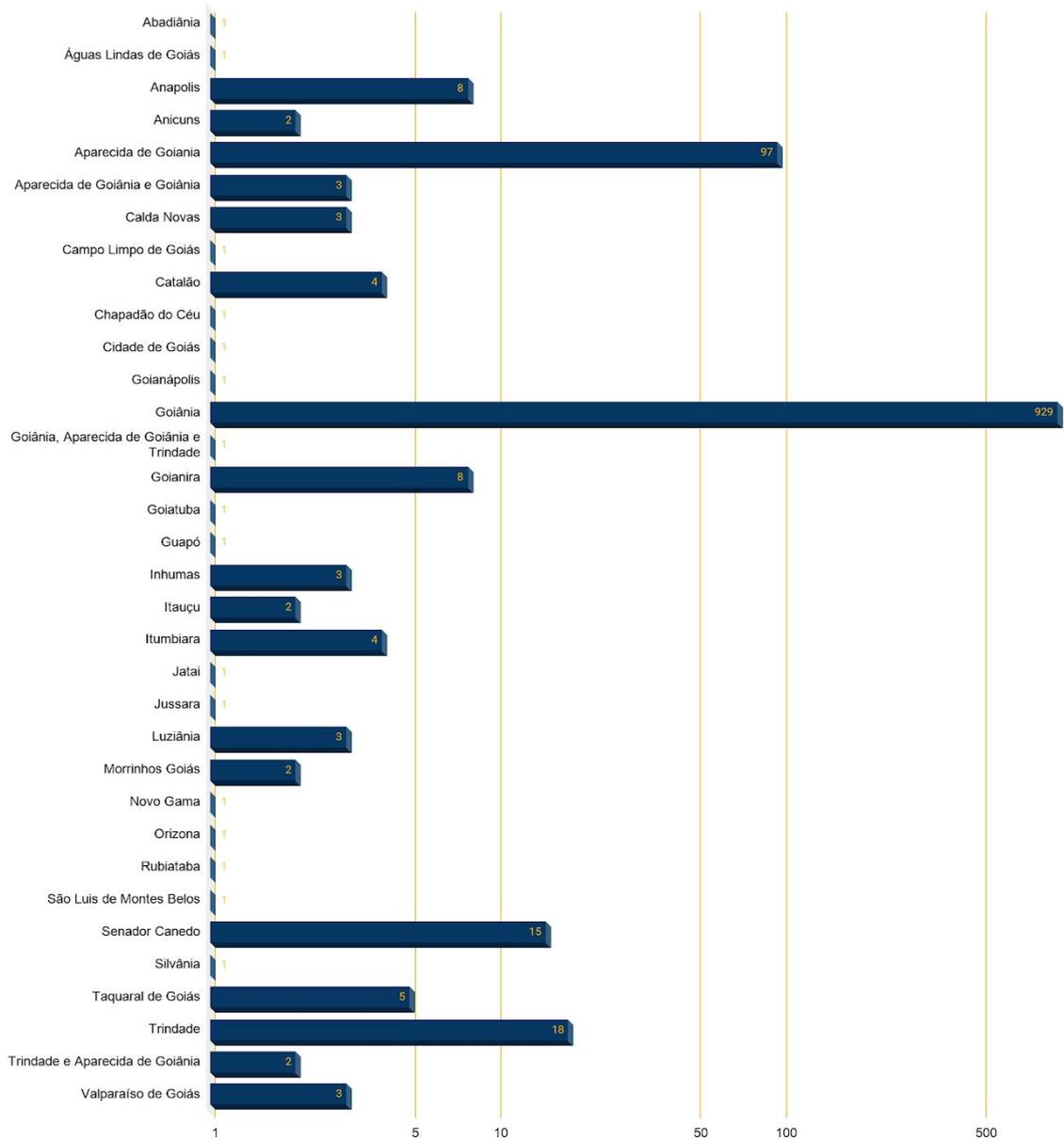
Alcancamos com a pesquisa 1.127 professores do setor privado de ensino, de 31 municípios goianos e de todas as etapas de ensino.

As evidências apresentadas aqui sinalizam os caminhos a serem tomados para os desafios de agora e para os que virão.

RESULTADOS

PERGUNTA 1. Município em que trabalha

Municípios em que trabalha



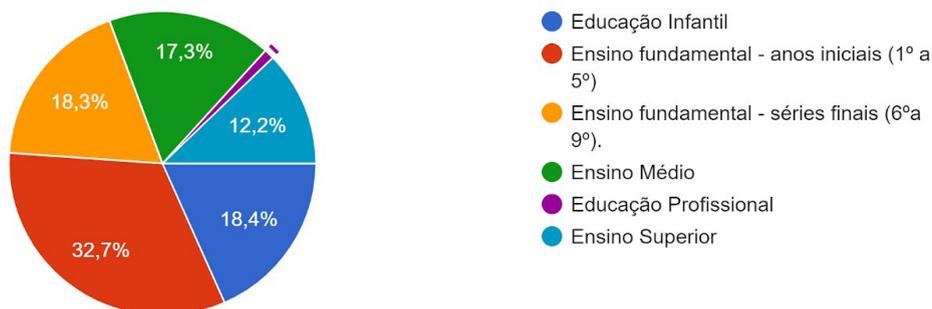
Neste gráfico verificamos que foram alcançados 1127 educadores do setor privado de ensino.

Sendo elas: Abadiânia (1); Águas Lindas de Goiás (1); Anápolis (8); Anicuns (2); Aparecida de Goiânia(97); Aparecida de Goiânia e Goiânia (3); Calda Novas (3); Campo Limpo de Goiás (1); Catalão (4); Chapadão do Céu (1); Cidade de Goiás (1); Goianápolis (1); Goiânia (929); Goiânia, Aparecida de Goiânia e Trindade (1); Goianira (8); Goiatuba (1); Guapó (1); Inhumas (3); Itauçu (2); Itumbiara (4); Jataí (1); Jussara (1); Luziânia (3); Morrinhos (2); Novo Gama (1); Orizona (1); Rubiataba (1); São Luís de Montes Belos (1); Senador Canedo (15); Silvânia (1); Taquaral de Goiás (5); Trindade (18); Trindade e Aparecida de Goiânia (2); Valparaíso de Goiás (3);

PERGUNTA 2. Escola particular em qual etapa?

Escola particular em qual etapa?

1.127 respostas



A variedade das etapas de ensino onde trabalham os professores que responderam a pesquisa abrange toda a base de representação do Sinpro Goiás. Confira em números:

Ensino fundamental - anos iniciais (1º a 5º) - **369 respostas (32,7%)**

Educação Infantil - **207 respostas (18,4%)**

Ensino fundamental - séries finais (6ª a 9º) - **206 respostas (18,3%)**

Ensino Médio - **195 respostas (17,3%)**

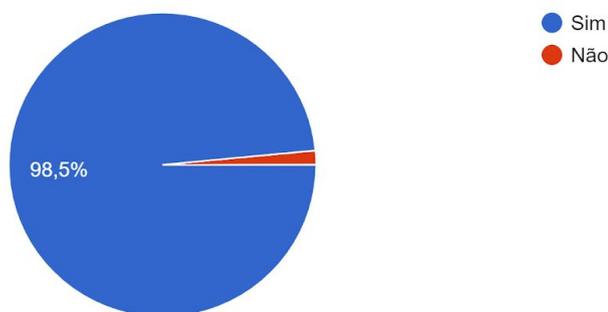
Ensino Superior - **138 respostas (12,2%)**

Educação Profissional - **12 respostas (1,1%)**

PERGUNTA 3. Sua instituição de Ensino aderiu ao Regime Especial de Aulas Não Presenciais?

Sua Instituição de Ensino aderiu ao Regime Especial de Aulas Não Presenciais?

1.127 respostas



A ampla maioria das instituições de ensino onde trabalham os professores pesquisados aderiram ao Regime Especial de Aulas Não Presenciais/REANP instituído pelo Conselho Estadual de Educação de Goiás por meio da Resolução CEE/CP N. 02/2020.

A totalidade pesquisada revela:

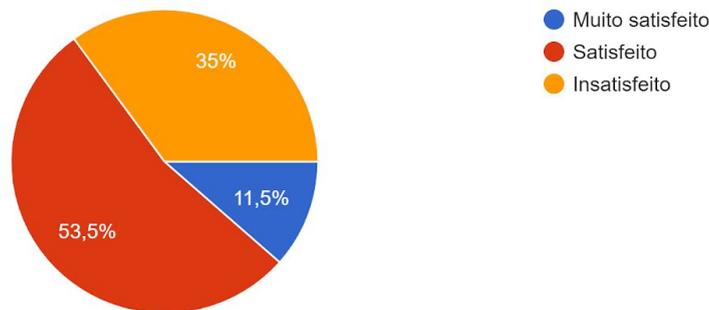
Professores que trabalham em Instituições de Ensino que **ADERIRAM** ao Regime Especial de Aulas Não Presenciais: - **1.110 (98,5%)**

Professores que trabalham em Instituições de Ensino que **NÃO** aderiram ao Regime Especial de Aulas Não Presenciais - **17 (1,5%)**

PERGUNTA 4. Se sim, você está satisfeito com esse regime de aulas não presenciais?

Se sim, você está satisfeito com esse regime de aulas não presenciais?

1.113 respostas



Sobre a satisfação com o REANP os números são reveladores: a primeira é a aprovação de 53,5% ao Regime Especial de Aulas Não Presenciais, mesmo com relatos de mais duras jornadas de trabalho da categoria. Entretanto, somados os insatisfeitos e os muito insatisfeitos temos 46,5%, o que revela o descontentamento e as dificuldades reais de muitos professores com essa situação atípica que muito exige deles, que os expõe e aflige.

Satisfeitos com o Regime Especial de Aulas Não Presenciais - **595 (53,5%)**

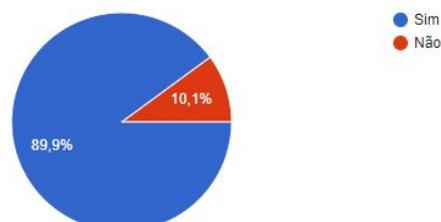
Insatisfeitos com Regime Especial de Aulas Não Presenciais - **390 (35%)**

Muito satisfeitos com o Regime Especial de Aulas Não Presenciais **128 (11,5%)**

PERGUNTA 5. Quanto à possibilidade de retorno às aulas presenciais, Você considera que deverá ocorrer SOMENTE quando a as autoridades médicas e sanitárias assim determinarem, incluindo-se protocolos de segurança para professores e alunos.

Quanto à possibilidade de retorno às aulas presenciais, Você considera que deverá ocorrer SOMENTE quando a as autoridades médicas e sanitárias assim determinarem, incluindo-se protocolos de segurança para professores e alunos.

1.127 respostas



Outro dado muito importante manifesto pela categoria nesta pesquisa é o de que a volta às aulas presenciais somente deve ocorrer quando as autoridades médicas e sanitárias indicarem as condições concretas para tanto. Não concordam em voltar em 03 de agosto de 2020, sem segurança sanitária. Apesar de 46,5% dos professores manifestarem insatisfação com o REANP, apesar de todas as dificuldades e até mesmo lesões aos seus direitos apuradas nesse período, a ampla maioria não pretende voltar às aulas presenciais com insegurança e risco de contaminação pelo Corona Vírus.

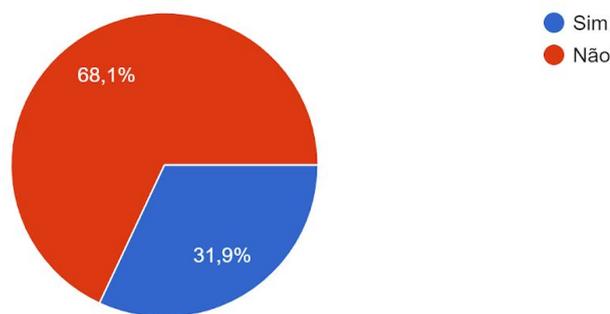
Considera que deve ocorrer SOMENTE quando as autoridades de saúde determinarem - **1013 (89,9%)**

NÃO considera que deve ocorrer SOMENTE quando as autoridades de saúde determinarem - **114 (10,1%)**

PERGUNTA 6. Você tem alguma comorbidade que lhe coloca no grupo de risco do Covid19?

Você tem alguma comorbidade que lhe coloca no grupo de risco da Covid19?

1.127 respostas



Qualquer discussão sobre volta às aulas não pode prescindir do que as autoridades científicas e médias orientam e não pode ignorar esse quadro de adoecimento da categoria de professores exposta ao insalubre trabalho que realiza, no setor privado de ensino, com jornadas extenuantes, pressões diversas e condições de trabalho e salariais, muitas vezes, precárias. Há instituições que propugnam, açodadamente, por um retorno imediato, deixando preocupados os professores e, em situação de pânico pelo menos 31,9% que declaram que possuem alguma comorbidade.

Em números:

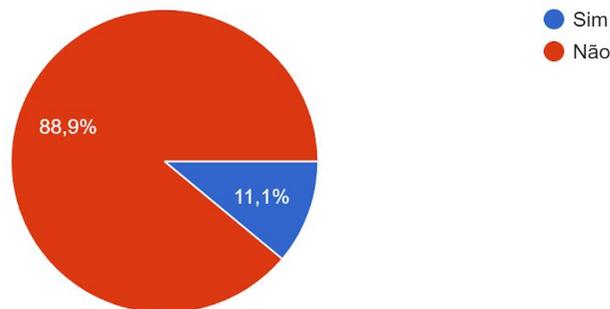
SIM - 767 (68,1%)

NÃO - 360 (31,9%)

PERGUNTA 7. Você assinou acordo individual de suspensão de contrato e não está trabalhando?

Você assinou acordo individual de suspensão de contrato e não está trabalhando?

1.127 respostas



Aqui temos um quadro preocupante. Há instituições de ensino que mesmo com suspendendo o contrato dos professores ao aplicar a MP 936, ainda exige que realizem algum trabalho para a escola nesse período de suspensão. Tal prática, apurada nesta pesquisa, é ilegal e deve ser denunciada ao Sindicato dos Professores para que sejam tomadas as medidas cabíveis. Outro fator que preocupa o Sinpro Goiás, que possui representação no Conselho Estadual de Educação de Goiás, é saber como fica o direito público subjetivo à educação dos discentes matriculados nessas escolas que suspenderam os contratos dos seus professores e não aderiram ao Regime Especial de Aulas Não Presenciais instituído pelo referido Conselho.

Em números:

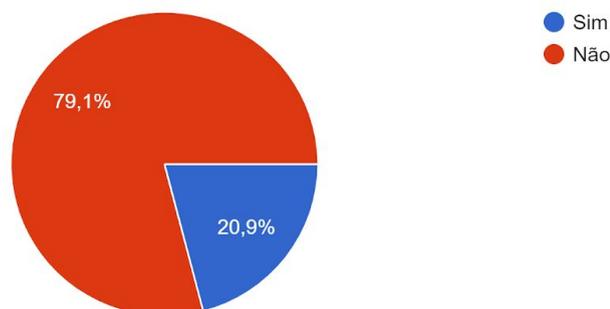
NÃO - 1002 (88,9%)

SIM - 125 (11,1%)

PERGUNTA 8. Se seu contrato foi suspenso, você está recebendo normalmente o benefício emergencial?

Se seu contrato foi suspenso, você está recebendo normalmente o benefício emergencial?

659 respostas



Temos aqui outro dado alarmante apurado pela pesquisa do Sinpro Goiás. Do universo pesquisado, 79,1% afirmam que não estão recebendo o benefício que lhe é devido nesse caso. Muitos professores, especialmente da educação infantil, se encontram nessa situação. Além da solidariedade necessária que esperam, os professores exigem do estado e das instituições de ensino o seu direito constitucional ao salário, imperativa e inegociável condição para a manutenção de sua subsistência e dos seus dependentes.

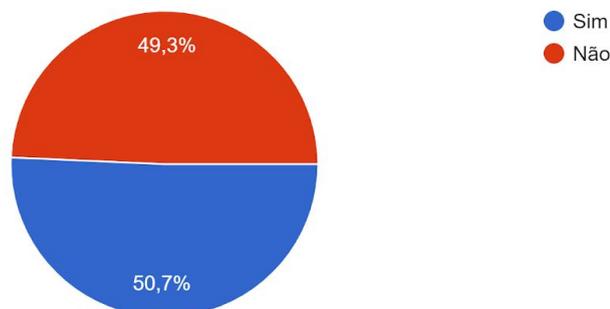
NÃO está recebendo o auxílio emergencial - **521 (79,1%)**

Está recebendo o auxílio emergencial - **138 (20,9%)**

PERGUNTA 9. Em caso positivo, a jornada reduzida que foi pactuada está sendo respeitada pela instituição de ensino?

Em caso positivo, a jornada reduzida que foi pactuada está sendo respeitada pela instituição de ensino?

643 respostas



A pesquisa revela nessa resposta outro dado que acende a luz de alerta. No universo daqueles que tiveram suas jornadas de trabalho e seus respectivos salários reduzidos, 49,3% afirmam que a pactuação não está sendo respeitada pela instituição de ensino. Estão trabalhando além da jornada reduzida. Tal prática é ilegal e deve ser comunicada ao Sinpro Goiás para as devidas providências.

Em números:

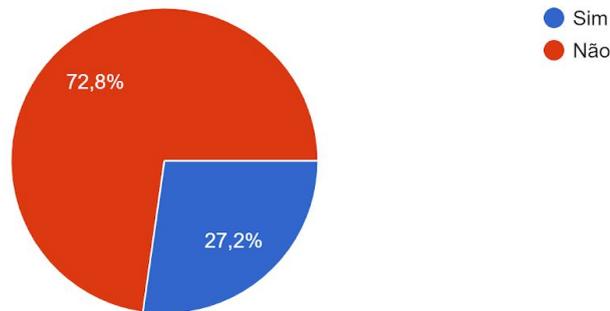
SIM - 326 (**50,7%**)

NÃO - 217 (**49,3 %**)

PERGUNTA 10. Você sofreu alguma pressão desmedida, lesão ao seu direito ou assédio moral da gestão escolar nesse período de suspensão de aulas?

Você sofreu alguma pressão desmedida, lesão ao seu direito ou assédio moral da gestão escolar nesse período de suspensão de aulas?

1.127 respostas



Frise-se aqui que há um número considerável de professores que revelam lesões ao seu direito, ao serem submetidos a pressões desmedidas ou assédio moral nas instituições de ensino onde trabalham, nesse período de Regime Especial de Aulas Não Presenciais.

Em números:

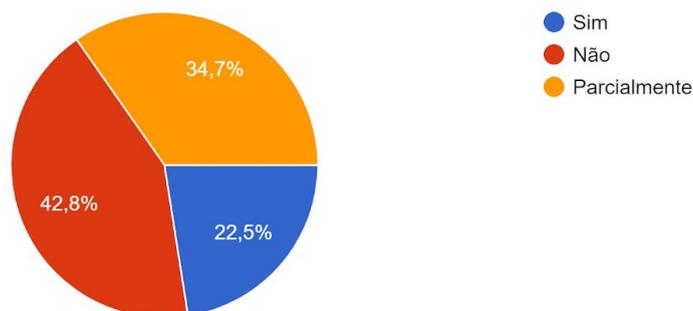
SIM - 307 (27,2%)

NÃO - 820 (72,8%)

PERGUNTA 11. Sua escola/Instituição de Ensino Superior ofertou treinamento, suporte necessário, cedeu equipamentos, internet e/ou outros meios necessários para seu trabalho em ambiente virtual?

Sua escola/Instituição de Ensino Superior ofertou treinamento, suporte necessário, cedeu equipamentos, internet e/ou outros meios necessários para seu trabalho em ambiente virtual?

1.127 respostas



A última resposta traz um dado importante para orientação da luta da categoria dos professores por melhor condições de trabalhos. Quando perguntados sobre o suporte formativo, de

equipamentos, internet ou outro meio para dar condições ao trabalho remoto, 42,8% revelam que não receberam apoio algum e 34,7% receberam parcialmente. Fica evidente que a maioria dos professores, com seus recursos próprios, internet, insumos, computadores e autodidatismo, são os protagonistas na manutenção do sistema educativo do Estado, vivo e em funcionamento, para o bem comum da sociedade goiana.

Em números:

SIM - 254 (22,5%)

NÃO - 482 (42,8%)

PARCIALMENTE - 391 (34,7%)

CONCLUSÃO

Os dados revelados nessa pesquisa provam as dificuldades e esforços dos professores do setor privado de ensino, em imensa maioria trabalhando em Regime Especial de Aulas Não Presenciais. Demonstra que entre os que estão satisfeitos (53,5%) com tal regime e os que não estão (46,5%), 89,9% afirmam que as aulas presenciais devem voltar somente quando a ciência, autoridades médias e sanitárias, apontarem as condições para tanto. Fica patente o adoecimento de parte expressiva dos docentes (31,9%), o que muitas outras pesquisas já revelaram ao longo dos últimos anos.

A pesquisa também revela a realidade de muitos professores, especialmente da educação infantil, o que corrobora dados apurados pelo departamento jurídico do Sinpro Goiás, que tiveram seus contratos suspensos ou seus salários reduzidos em razão da aplicação da MP 936. Esses professores, em que pese a manutenção temporária do emprego, sofrem com os atrasos nos seus pagamentos ou benefícios, além dos impactos nos seus direitos de FGTS, INSS, cálculo de férias e de 13º salários. Mais de 200 instituições de ensino comunicaram acordos individuais de redução de salário ou de suspensão de contrato ao Sinpro Goiás durante esse período de emergência de saúde pública, alcançando cerca de 1600 professores. É importante lembrar que esse número não revela a totalidade, visto que há instituições que não os comunicam ao Sindicato.

O trabalho dos professores é importante em qualquer época para o bem da sociedade, mas nesse período desafiador imposto pela Pandemia da Covid-19 mostra-se imprescindível. Muitos pais que não tinham noção da complexidade e responsabilidade do trabalho docente, passam a conhecer e reconhecer isso ao acompanhar seus filhos em casa. Muitos gestores compreendem que sem o trabalho e a dedicação dos professores suas instituições já teriam fechado as portas. Fica evidente na pesquisa os esforços empreendidos pelos professores, com recursos próprios, para manter a educação de crianças, jovens e adultos em funcionamento em Goiás. Merecedora de aumentos salariais como reconhecimento público do árduo labor e por ser seu direito na data base em 1º de maio, ao contrário, a categoria se depara, com a indignante realidade da ameaça da redução de salários e com pressões desmedidas nas instituições onde trabalha.

Concluimos a pesquisa conclamando a sociedade goiana a manifestar seu reconhecimento e solidariedade aos professores e professoras que trabalham como nunca para educar seus filhos e filhas.

Conclamamos também as instituições de ensino que dialoguem com seus professores, conheçam-nos melhor e respeitem seus direitos, garantindo-lhes segurança sanitária quando da eventual volta ao regime de aulas presenciais, após as autoridades públicas, científicas e médicas, apontarem as condições para tanto.